

Plantão ANFIP reúne parlamentares em debate sobre a PEC 32/20

Em formato mais dinâmico, a ANFIP realizou, nesta quinta-feira (1º/7), um amplo debate com diversos parlamentares para analisar o andamento e as negociações políticas em torno da Reforma Administrativa (PEC 32/2020). O evento virtual, que recebeu o nome de Plantão ANFIP, contou com as exposições dos deputados convidados e dos debatedores de uma bancada fixa.

Décio Bruno Lopes, presidente da Associação, fez a abertura da videoconferência e destacou a importância do debate. “Este é um momento de reinauguramos a nossa fala e a nossa possibilidade de comunicar com o público e a sociedade o que vem sendo a Reforma Administrativa. Neste momento, em que tramita a PEC 32/20, nosso objetivo é comunicar com os parlamentares para ouvir as suas opiniões sobre a necessidade, pertinência e oportunidade dessa PEC”, explicou o presidente **Décio Lopes**, que fez parte da bancada de debate.

Em seguida, o **deputado Israel Batista (PV/DF)**, presidente da Frente Servir Brasil afirmou que, diante de todos os acontecimentos políticos em torno da pandemia e como resultado da CPI da Covid, o país está em um momento de inflexão e ainda não é possível saber qual o impacto das últimas notícias. “No Congresso, existe um grupo de parlamentares que deseja ver a Reforma Administrativa aprovada a qualquer custo, de forma que a reforma começa a tomar vida independente do governo. E isso é muito perigoso!”, alertou.

Para o deputado **Gervásio Maia (PSB/PB)**, integrante titular da Comissão Especial, a ocupação de espaços públicos por servidores efetivos não apenas coíbe a corrupção, mas cria um sistema de trabalho sintonizado com a realidade daquele determinado setor. Segundo ele, o desmonte das proteções estabelecidas na Constituição de 1988 tem a intenção de abrir espaço para que o governo possa avançar na agenda de privatizações, “entregando o Brasil ao capital privado”.

O vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial da ANFIP, **José Arinaldo Gonçalves Ferreira**, criticou o fato de a PEC 32/20 só garantir a estabilidade para carreiras típicas de Estado, mas, lembrou que o texto não define quais essas carreiras. “A importância da estabilidade é para o Estado brasileiro, quem ganha com a Estabilidade não é só o servidor público, ela é uma proteção que o Estado tem contra maus políticos e governantes”, disse.



José Gozze, presidente da Pública Central do Servidor, falou sobre a importância da manutenção dos direitos dos servidores públicos e ressaltou que o mercado e as grandes empresas do país não aceitam o que foi a Constituição de 1988. “O mercado quer buscar o serviço público e para ter lucro”. Ele acrescentou ainda: “somos todos, exclusivos, típicos ou não, servidores do Estado, nunca servidores de uma classe política como vira e mexe acontece”.

Já o **deputado Célio Studart (PV/CE)** lembrou que a tramitação da PEC 32/20 pode ficar comprometida no segundo semestre do ano. “Outros temas passam a ganhar uma preocupação muito maior no calendário político, dentre eles o novo sistema eleitoral que se vai votar”, explicou o parlamentar, que se posicionou ainda sobre o texto da proposta: “Essa é a PEC da insegurança jurídica e da desorganização estatal. Eu tenho uma descrença e desconfiança de que essa PEC vai ter vez no segundo semestre. Não acredito que haverá força para essa reforma tão incoerente”.

Também contrário à PEC 32/20, o **deputado Rogério Correa (PT/MG)**, disse que esta reforma é na verdade uma alteração constitucional profunda, que vai privatizar a prestação de serviço público no Brasil. “É uma exigência do mercado para que o mercado coloque as mãos em bilhões de reais que hoje são destinados ao Estado para prestar serviço público. Isso não é para melhorar nem para reformar o serviço público, se fosse isso, todos nós aprovaríamos”, declarou.

[Continua na próxima página](#)

Reunião com secretário da
Receita Federal do Brasil

PÁGINA 3

Alerta de golpes em nome da
ANFIP. Fique atento!

PÁGINA 3

Confira o calendário para realizar
Prova de Vida

PÁGINAS 7

O deputado Paulo Ramos (PDT/RJ), que fez parte da constituinte, defendeu os direitos dos servidores públicos e das garantias previstas na Constituição Federal. “Tem que ser tudo que está lá na Constituição, tem que ser estatutário”. E criticou duramente a proposta de Reforma Administrativa. “Essa emenda constitucional é indefensável, porque ela contém uma confissão, é um desmonte completo. É transferir responsabilidades públicas e patrimônio público para a iniciativa privada. Então, o nosso papel é resistir”, enfatizou.

Por meio de depoimento, o deputado Luiz Carlos Motta, manifestou disposição para dialogar com os servidores e suas entidades representativas sobre a PEC 32/20. “É preciso preservar a qualidade do serviço público e não privar a população da sua eficiência”, afirmou.

Em busca de promover um debate com diferentes opiniões e multipartidário, também foi recebido o deputado Tiago Mitraud (Novo/MG),

coordenador da Frente da Reforma Administrativa. Apesar de defender a Reforma, o deputado diz que o texto deve ser aprimorado, tanto do ponto de vista do ganho de eficiência quanto do combate aos privilégios. Porém, reconheceu que, apenas uma minoria de servidores tem acessos a “mordomias”, super salários e licenças premium. Portanto, segundo o parlamentar, a percepção da população de que todo servidor tem acesso a esses benefícios é incorreta. “O governo teve o papel de enviar a PEC, [mesmo] com os inúmeros erros e lacunas que veio, mas a palavra final é a do Congresso. O presidente [da República] não pode nem vetar depois, pois a PEC não é vetável pelo presidente”, disse Mitraud.

Ao se pronunciar sobre o tema, a deputada Érika Kokay (PT/DF) destacou que as motivações apresentadas para aprovar a PEC 32/20 não estão de fato na matéria. “A Reforma Administrativa não tem nenhum elemento que aponte para a melhora do desempenho e da gestão,

e nem traz com exatidão o impacto financeiro, é como se fosse um cheque em branco”, declarou.

Jorge Mizael, diretor da Metapolítica, que também participou como debatedor da live, explicou que são muitas mentiras ditas e vendidas sobre a Reforma Administrativa. “Basicamente, o que está sendo vendido na reforma, não está no texto da PEC, por exemplo os supersalários e a relação de desempenho. Outra mentira dita é que ela vai dar algum tipo fôlego fiscal para o governo. O próprio ministro da Economia assinou a proposta e disse que não há impacto prevista pela aprovação da Reforma Administrativa. São alguns mitos colocados em cima desse tema da Reforma Administrativa, mas, para quem lê o texto da PEC 32/20, vê que tudo aquilo que está sendo vendido não é colocado lá. Ela só piora todo o serviço público”, disse Mizael.

A live completa está disponível no canal da ANFIP no Youtube. Clique [AQUI](#) para acessar.

ANFIP contrata escritório do ministro José Delgado para colaborar nas execuções dos 3,17%



Diante das recentes decisões nas execuções do Mandado de Segurança 6864, onde o ministro Ribeiro Dantas vem extinguindo as execuções alegando coisa julgada com o MS

4151, da extinta Fenafisp - Federação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias, o Conselho Executivo da ANFIP contratou o escritório do ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), José Delgado.

O Ministro foi contratado para auxiliar o escritório Mota & Advogados Associados nos recursos que serão interpostos contra a decisão de extinção do MS 6864. A princípio, a estratégia é tentar reverter a decisão no próprio STJ e, se não for possível, acionar o Supremo Tribunal Federal.

A contratação do ministro José Delgado não impactará financeiramente os associados, pois o contrato será pago pela própria Entidade. A ANFIP reitera o compromisso de lutar, de forma incessante, pela reversão dessa decisão, tendo em vista que o MS 6864 transitou em julgado há 15 anos, de forma favorável aos associados da Entidade.

<h3>EXPEDIENTE LINHA DIRETA</h3>			<p>ANFIP Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil UNIÃO E TRABALHO!</p>
<p>Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. SEDE: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907 Telefone: (61) 3251 8100 Whatsapp: (61) 98289 5150</p> <p>Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.</p> <p>Envie seus comentários sobre o Linha Direta para o email: comunicacao@anfip.org.br</p>	<p>DIRETOR RESPONSÁVEL Benedito Cerqueira Seba</p> <p>EDITORA Ludmila Machado</p> <p>REPORTAGEM Daiana Lima, Ludmila Machado e Thayná Cavalcante.</p> <p>ESTAGIÁRIA Marina Rodrigues</p>	<p>EDITORACÃO ELETRÔNICA Gilmar Vitalino e Allan Vitalino</p> <p>CONSELHO EDITORIAL Décio Bruno Lopes Eucélia Maria Agrizzi Mergár Crésio Pereira de Freitas José Arinaldo Gonçalves Ferreira Benedito Cerqueira Seba Cesar Roxo Machado</p>	
www.instagram.com/anfipnacional	www.facebook.com/anfip.nacional	www.twitter.com/anfipnacional	www.youtube.com/anfipoficial
<p>DETALHES E OUTRAS INFORMAÇÕES: WWW.ANFIP.ORG.BR</p>			

ANFIP reúne-se com secretário da RFB para tratar de assuntos da carreira

O secretário especial da Receita Federal do Brasil (RFB), José Barroso Tostes Neto, recebeu, nesta sexta-feira (2/7), em reunião virtual, o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e demais integrantes do Conselho Executivo da Associação.

Na ocasião, a ANFIP apresentou ao secretário Tostes diversos assuntos de interesse da Entidade e dos seus associados. O primeiro item tratado foi referente à **Reforma Administrativa**, enviada à Câmara dos Deputados pelo governo, assunto que preocupa a todos os servidores, notadamente, quanto à necessidade da definição das Carreiras Típicas de Estado e a importância da sua estabilidade.

Os dirigentes da ANFIP comentaram, ainda, a importância da aprovação da **Lei Orgânica do Fisco (LOF)** para organizar a estrutura das administrações tributárias e as carreiras da Auditoria Fiscal. Acerca do assunto, Décio Lopes destacou que há mais de dois anos a Associação, junto às demais entidades representantes dos fiscos, tem tratado o tema para garantir que seja implementado.

Outro assunto abordado foi a necessidade de definições sobre o **Bônus de Eficiência**, situação que tem preocupado os associados. A respeito desse tema, o secretário Tostes informou que a RFB tem acompanhado e desenvolvido ações junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Supremo Tribunal Federal



(STF), prestando todas as informações necessárias para elucidação das questões processuais colocadas. Os representantes da ANFIP solicitaram solução para pagamento do Bônus aos associados, cujos valores deixaram de ser pagos em decorrência das decisões do TCU, antes do julgamento do STF.

Sobre a diminuição do quadro de servidores e a **necessidade de realização de concursos**, o secretário afirmou que, desde janeiro de 2020, a RFB trabalha na defesa da aprovação de concursos públicos. “Estamos há 7 anos sem concurso na Receita e os números são impressionantes acerca das perdas que nós temos tido nesse período. Isto tem feito nossos quadros encolherem de forma extremamente prejudicial. Temos a expectativa de ter uma aprovação de concurso para mitigar as perdas que tivemos nesse período”, disse.

Durante a reunião, os representantes da ANFIP também abordaram outros

assuntos, como Reforma Tributária; dispensa do acréscimo de 15% nas metas de desempenho do teletrabalho; problemas na importação dos dados do eSocial pelo ContÀgil; regionalização; fim do voto de qualidade do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf); tributação sobre lucros e dividendos e o reajuste proposto pelo governo na tabela do Imposto de Renda.

Além do presidente Décio Lopes, pela ANFIP, participaram do encontro os vice-presidentes Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais), José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Política Salarial), Benedito Cerqueira Seba (Comunicação Social), Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos) e Crésio Pereira de Freitas (Assuntos da Seguridade Social). A reunião também contou com a presença dos subsecretários da RFB Jonathan José Formiga (Fiscalização) e Moacyr Mondardo (Gestão Corporativa).

Criminosos tentam aplicar golpe utilizando o nome da ANFIP

A ANFIP recebeu informações de que golpistas estão telefonando para associados, se passando pelo presidente do Conselho Executivo, Décio Bruno Lopes. Na ligação, tentam estender a conversa para adquirir informações da pessoa, inclusive, se colocando à disposição do associado. Numa segunda ligação, o golpista, se passando novamente pelo presidente Décio Lopes, pede à vítima (chamando-a pelo nome) para fazer uma transferência de valores para Imperatriz (MA), alegando que

seu motorista teria falecido naquela cidade. O número de celular utilizado pelos criminosos foi com DDD 61.

A tentativa de golpe, em nome do presidente Décio Lopes, também foi registrada em outros estados, como Bahia e Espírito Santo, além do Distrito Federal e Maranhão.

Fique atento! A ANFIP orienta os associados que não deem seguimento à ligação, pois TRATA-SE DE UM GOLPE. Recomenda ainda que seja feito um Boletim de Ocorrência na delegacia mais próxima, pois a

Associação não tem competência para tomar qualquer ação de cunho investigativo.

Infelizmente, essas tentativas de golpes são recorrentes e com diferentes artifícios utilizados por criminosos. NÃO faça nenhum depósito para solicitações de ajuda ou empréstimo, em nome de algum conselheiro da ANFIP, recebidas pelo whatsapp ou por meio de ligações telefônicas.

Caso haja dúvida acerca de qualquer ligação ou correspondência, entre em contato com a Associação.

ANFIP promove webinar exclusivo sobre Gestão Financeira



O vice-presidente de Serviços Assistenciais da ANFIP, Ariovaldo Cirelo, recebeu, nesta quinta-feira (1º/7), o especialista em gerenciamento e desenvolvimento de negócios Felipe Krug Dulinsk, para um bate-papo simplificado sobre gestão financeira, promovido em parceria com a Universidade Cruzeiro do Sul, conveniada da ANFIP.

Em sua exposição, Ariovaldo Cirelo

deu uma breve introdução sobre os benefícios exclusivos oferecidos pelo Clube de Vantagens da ANFIP, apresentando as novas parcerias com a Cooperforte e com instituições de ensino, planos de saúde, montadoras e farmácias de maior referência no país. Tudo isso para colocar os melhores produtos e serviços à disposição dos associados e de seus familiares, tão caros para a entidade.

O especialista Felipe Dulinsk deu uma aula sobre educação financeira, de forma acessível, com o objetivo de sensibilizar e gerar mudanças reais na vida dos participantes. Ele explorou um passo a passo sobre segurança e disciplina financeiras, e trouxe sugestões de carteira de investimentos, dicas para redução de dívidas, e ferramentas úteis para quem deseja dar o primeiro passo em direção a um futuro mais próspero.

Classificado entre os empreendedores com maior potencial de crescimento no mercado, em 2011, pela revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios, Dulinsk ressaltou a importância de haver responsabilidade e organização quando o assunto é administrar o próprio dinheiro, independente do volume do patrimônio; e deu conselhos valiosos sobre como direcionar energia para os objetivos certos, dando o “caminho das pedras” para quem deseja sair da “mentalidade de escassez” para a “mentalidade de abundância”.

Para quem não conseguiu acompanhar o webinar em tempo real ou deseja assistir novamente o conteúdo, a gravação está disponível no [canal oficial da ANFIP no YouTube](#). Já o material utilizado durante a explanação do especialista pode ser conferido [AQUI](#).

Conselho Executivo da ANFIP encerra reunião ordinária



O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, juntamente com os vice-presidentes e o assessor de Estudos Socioeconômicos Vilson Antonio Romero, estiveram em reunião virtual nos dias 28, 29 e 30 de junho, para deliberar pautas internas e externas de interesse da entidade, de seus

parceiros, colaboradores e associados.

Durante o encontro virtual, foi tratada a continuidade de projetos de valorização e integração com a categoria, como o Concurso de Contos, Histórias e Poesias e a realização da XXVIII Convenção Nacional da ANFIP; além de questões relacionadas à Reforma Estatutária, ao Regulamento Eleitoral e ao projeto ANFIP do Futuro; bem como a elaboração do Manual de Governança e do Código de Ética da entidade.

Na quarta-feira (30/6), foram discutidas ainda estratégias de mobilização virtual e presencial contra a PEC 32/2020 (Reforma Administrativa), a partir da produção de materiais que irão orientar, intensificar e unificar a atuação parlamentar das entidades de classe em defesa dos servidores públicos e da população.

Finalizando a reunião, Décio Lopes agradeceu o empenho de todos os presentes, que trabalham diariamente para que a ANFIP amplie sua representatividade e se torne referência cada vez mais forte no país, cumprindo sua missão e entregando sempre o melhor a todos os seus associados.

Fonacate se reúne com deputado Valtenir Pereira para solicitar apoio contra PEC 32/20

As entidades que integram o Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), dentre elas a ANFIP, estiveram reunidas, na quarta-feira (30/6), com o deputado Valtenir Pereira (MDB/MT) para discutir sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, que trata da Reforma Administrativa.

O objetivo das carreiras foi apresentar as preocupações das entidades em relação às mudanças pretendidas pela PEC e solicitar apoio do parlamentar à emenda apresentada pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil), que traz sugestões que visam minimizar os efeitos nocivos aos atuais e futuros servidores públicos, caso a matéria seja aprovada.

Valtenir Pereira informou que na reunião da Comissão Especial da Câmara dos Deputados realizada na quarta-feira,

o colegiado construiu acordo para que as emendas sejam assinadas por todos os partidos, devido à dificuldade de coleta de assinaturas ocasionada pelas restrições sanitárias. Para tanto, o prazo para coleta foi prorrogado por mais três sessões e cada coordenador partidário ficou responsável por indicar três emendas até esta sexta-feira (2/7).

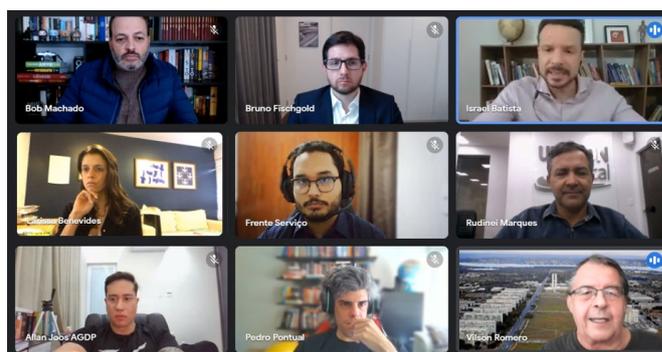
“Estaremos lutando para não passar a PEC ou pelo menos reduzir os impactos negativos. Fragilizando os servidores, estamos fragilizando as instituições que só são fortes pelos integrantes que as compõe e isso é muito ruim”, disse o deputado, que se colocou à disposição para apoiar as carreiras nas demandas que se fizerem necessárias e auxiliar na articulação com parlamentares.

Frente Servir Brasil e entidades definem ações de enfrentamento à Reforma Administrativa

O deputado federal Professor Israel Batista (PV/DF), coordenador da Frente Servir Brasil, e os dirigentes das entidades que integram a Frente reuniram-se na segunda-feira (28/6) para avaliar o cenário da tramitação da Reforma Administrativa (PEC 32/20) e preparar novas ações contra os prejuízos ao serviço público trazidos pela proposta. Pela ANFIP, participou o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Com a definição do plano de trabalho da Comissão Especial, é preciso intensificar as mobilizações. “A Reforma Administrativa é um tema muito árido. Se vocês olharem, o nível das discussões é muito elevado, não é um tema simples”, disse o deputado ao orientar que é preciso alertar também os servidores do “chão da fábrica”. “Esse é o momento de a gente ir para cima mesmo e conseguir alcançá-los de alguma forma. O Congresso trata de assuntos que não são simples e a gente precisa tratá-los assim mesmo. Então, precisamos fazer esse trabalho de mobilização”, ressaltou o Professor Israel Batista.

Vilson Romero sugeriu que dentre as ações a serem realizadas pelas entidades, é preciso atuar nos estados e municípios, a fim de dar maior visibilidade e de alcançar



os parlamentares em suas bases. E também informou que a ANFIP está preparando, e divulgará em breve, um guia com orientações para a mobilização nas redes sociais, com o objetivo de preparar os servidores e a população para um trabalho conjunto e engajado.

Outras estratégias que foram consenso entre os participantes da reunião foram a atuação de forma firme nas redes sociais; produção e envio de conteúdo à imprensa; análise da viabilidade de ações no Judiciário; e o contato direto com os deputados a fim de conseguir o número necessário de assinaturas na Emenda Global à PEC 32/20.

Frente do Serviço Público busca assinaturas para emenda à PEC 32/20

Em reunião na segunda-feira (28/6), o deputado federal Rogério Correia (PT/MG), coordenador da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, orientou as entidades a intensificarem as articulações contra a PEC 32/20, da Reforma Administrativa. Pela ANFIP, participou do encontro o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Rogério Correia informou que foi realizado um acordo entre diversos partidos de oposição para que assinem as emendas à PEC apresentadas por todos. O deputado comunicou ainda que os deputados estão articulando a ampliação do prazo para recolhimento de assinaturas.

A Frente apresentou uma emenda que reconhece as políticas sociais como atividades típicas de Estado e o trabalho agora será focado no recolhimento das 171 assinaturas de apoio necessárias para que possam ser analisadas pela Comissão. O documento tem o objetivo de evidenciar a importância das funções



estratégicas do Estado brasileiro como principal agente condutor de desenvolvimento e combate às desigualdades sociais.

Vilson Romero sugeriu que cada região reative as frentes estaduais e municipais que atuam em prol dos servidores para que promovam audiências públicas para dialogar com

os parlamentares e com a sociedade, e reiterou a necessidade de ampliação do prazo de assinatura de emendas.

Nos próximos dias a Frente pretende agendar reuniões com o presidente da Comissão Fernando Monteiro (PP/PE) e o relator Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), para alertar sobre os prejuízos da PEC aos servidores e à população.

ANFIP e Frente Gaúcha alinham estratégias em defesa do serviço público



A ANFIP, representada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos Wilson Antonio Romero, participou de mais uma reunião da Frente Gaúcha em Defesa do Serviço Público, na segunda-feira (28/6), para debater o atual cenário político nacional e alinhar estratégias contra a PEC 32/2020, da Reforma Administrativa, que altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União.

Segundo os representantes dos servidores públicos federais, estaduais e municipais do Rio Grande do Sul (RS), que compõem a Frente, a oposição está tendo dificuldade em fazer alterações no texto da PEC, devido à grande divergência entre as bancadas que integram a Comissão Especial da Reforma na Câmara dos Deputados.

De acordo com eles, caso a situação continue, é possível

que a proposta passe pela etapa de tramitação sem alterações favoráveis aos servidores, já que, por falta de assinaturas dos parlamentares, das 176 emendas apresentadas, até o momento, apenas duas seguem para votação por suas admissibilidades na Casa.

Diante disso, com a intenção de apoiar as alterações necessárias, o grupo decidiu intensificar os trabalhos a fim de conseguir mais assinaturas para as emendas, além de promover ciclos de debates, mobilizações conjuntas nas mídias sociais e campanhas virtuais e físicas unificadas sobre o tema, fortalecendo ainda a relação com as bases.

Vilson Romero aproveitou a oportunidade para anunciar o Manual de Trabalho Parlamentar e o Guia de Mobilização nas Redes Sociais contra a PEC 32/20, criados pela ANFIP para auxiliar nas tentativas de intervenção da agenda parlamentar, bem como na pressão pela suspensão da Reforma Administrativa enquanto durar o período de pandemia. Os materiais serão lançados e disponibilizados em breve para uso das entidades parceiras e demais movimentos.

O encontro virtual contou com importantes representantes de classe, ativos na luta em prol dos servidores públicos, incluindo Celso Malhani, diretor da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco); Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate); Paulo Olympio, presidente da Associação dos Servidores da Justiça (ASJ); e Antonio Carlos Fernandes Jr., um dos coordenadores do 'Movimento Basta'.

Benefícios

Quer descontos exclusivos? Na Cruzeiro do Sul tem!

Cursos:	De:	Por:
Gestão financeira	R\$: 249,00	R\$: 174,00
Processos Gerenciais	R\$: 249,00	R\$: 174,00
Empreendedorismo	R\$: 198,00	R\$: 99,00

E muitos MAIS...

Quer fazer uma graduação à distância com até 50% de desconto? Só a parceria da ANFIP com a Cruzeiro do Sul Educacional oferece essa facilidade aos associados.

São diversos cursos disponíveis para você escolher o que mais combina com seu objetivo profissional, entre eles estão gestão financeira, processos gerenciais e empreendedorismo. E o melhor de tudo: as inscrições, a prova e as matrículas podem ser realizadas online.

Para validar o desconto, é necessária uma declaração da ANFIP informando que faz parte da Associação, para acessar faça login no Clube de Vantagens (aqui), pesquise por Universidade Cruzeiro do Sul, clique em “gerar voucher”, e pronto, desconto garantido.

Confira abaixo as ofertas disponíveis:

DF: Cuide do seu sorriso com a Preodonto

A ANFIP, em parceria com a Preodonto, conveniada que oferece atendimento em Brasília, disponibiliza aos associados os melhores tratamentos com condições especiais de pagamento.

Os telefones para agendamento são: (61) 3345-1042 ou 98401-4634 (WhatsApp). Confira este e outros convênios na plataforma de benefícios: anfip.temvantagens.com.br.

Confira os novos convênios do seu Clube de Vantagens!

Já estão disponíveis na plataforma ANFIP Tem + Vantagens os descontos e benefícios dos novos convênios. São diversos produtos e serviços para associados e seus dependentes. Acesse [AQUI](#) o clube de benefícios e confira!

Prova de Vida volta a ser obrigatória

A prova de Vida dos aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis do Poder Executivo Federal voltou a ser exigida a partir de quinta-feira (1º/7), após ter ficado suspensa desde março de 2020 como medida de proteção contra o contágio pela Covid-19.

Quem não realizou a Prova de Vida em 2020 ou em 2021 desde a suspensão em 2020 deverá comprová-la, conforme calendário abaixo, na agência bancária onde recebe o pagamento, ou acessar o aplicativo SouGov.br para consultar a situação da comprovação de vida, o prazo para a sua realização e obter as orientações para realizá-la por meio de aplicativo móvel – caso tenha biometria cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Confira o calendário:

Mês do Aniversário	Quando realizar?	Atualiza Prova de Vida referente ao ano de?
Janeiro a Julho	01/07 a 30/09/2021	2020 e 2021
Agosto	01/07 a 31/07/2021	2020
	01/08 a 30/09/2021	2020 e 2021
Setembro	01/07 a 31/08/2021	2020
	01/09 a 30/09/2021	2020 e 2021
Outubro a Dezembro	01/07 a 30/09/2021	2020
	A partir do 1º dia do mês do aniversário	2021

Aqueles que não realizarem a comprovação de vida até o final de julho de 2021 serão notificados, até 10 de agosto, para fazê-la no prazo de 30 dias, contados do recebimento da notificação. O prazo limite para realização da Prova de Vida é 30 de setembro de 2021 para os aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis que não a fizeram durante o período da suspensão da sua exigência.

Onde fazer a Prova de Vida

Os beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social podem comparecer presencialmente no banco onde recebem seu pagamento. Algumas instituições bancárias oferecem alternativas, como Prova de Vida pelo caixa eletrônico ou por aplicativo móvel. O cidadão deve confirmar as opções disponíveis e o horário de funcionamento junto ao banco.

Condições excepcionais – como para beneficiários que estão internados em unidades de saúde ou em sistemas prisionais – assim como visitas técnicas, estão descritas na Portaria nº 244 e na Instrução Normativa nº 45.

Prova de Vida pelo celular

Os beneficiários que já têm a biometria cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) podem realizar a Prova de Vida Digital, ou seja, por meio do reconhecimento facial. O serviço está disponível no aplicativo MeuGov.br. Mesmo os beneficiários que realizarem a Prova de Vida presencialmente, em uma agência bancária ou por qualquer outra forma ou canal, podem utilizar o aplicativo SouGov.br para consultar sua situação, obter o comprovante e receber notificações para lembrar do prazo para a realização da comprovação.

Confira o passo a passo [AQUI](#).

Fonte: Portal do Servidor

JUSPREV elabora Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais



Para dar cumprimento e conformidade a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2004) e a Resolução nº 32/2019, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, a Jusprev elaborou a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.

A Política tem por objetivo o compromisso com a segurança das informações dos participantes do Planjus e visitantes do site da Jusprev, estabelecendo diretrizes e procedimentos para o tratamento de dados pessoais.

A Jusprev valoriza a privacidade de seus participantes e esta política demonstra o compromisso em proteger os dados pessoais e descrever de que forma será efetivada essa proteção ao coletar, tratar e armazenar informações pessoais.

[Acesse aqui o documento completo.](#)

Planjus- O PlanJus, plano de Previdência Complementar disponibilizado pela entidade, oferece benefícios previdenciários completos, com taxa de administração de 0,7% ao ano, educação financeira e previdenciária personalizada, deduções de até 12% da renda anual bruta da base de cálculo do Imposto de Renda e 0% de taxa de carregamento mensal.

Ficou interessado(a)? Agende sua consulta individual 100% online com a consultora Zuleide Miranda, da ANFIP, pelo e-mail zuleide@anfip.org.br ou faça uma simulação agora mesmo pelo link www.jusprev.org.br/incentivo/ANFIP.

Confira os novos convênios do seu Clube de Vantagens!

Já estão disponíveis na plataforma ANFIP Tem +Vantagens os descontos e benefícios dos novos convênios. São diversos produtos e serviços para associados e seus dependentes. Acesse [AQUI](#) o clube de benefícios e confira!